



ACÓRDÃO Nº 396/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1940/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundação Amazonas Sustentável - FAS
- 4- **Responsável:** Virgílio Mauricio Viana (Ordenador de Despesa)
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Advogado:** Vanylton Bezerra dos Santos –OAB/AM nº 7719
- 7- **Unidade Técnica:** DEAMB/DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 733/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação Amazonas Sustentável - FAS. Exercício de 2015.

Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto-vista do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Determinar o DEVER** que o **TRIBUNAL de CONTAS** tem de apreciar a Prestação de Contas apresentada pela Fundação Amazonas Sustentável - FAS, ao menos no que tange aos recursos repassados pelo Estado a referida entidade para a gestão do Programa Bolsa Floresta Familiar, já que tais recursos e o próprio programa ostentam natureza pública, em que pese a entidade gestora do projeto possuir natureza de pessoa jurídica de direito privado, tudo com fundamento no Parágrafo Único do art. 70, da CF/88 c/c o art. 1º, II, da Lei Estadual n. 2.423/1996 e o art. 2º, § 2º, I, e art. 5º, II, todos da Resolução TCE n. 04/2002-RITCE/AM;
- 10.2. **Determinar** o retorno do feito ao eminente Conselheiro **Érico Xavier Desterro e Silva**, relator da Prestação de Contas da FAS.



ACÓRDÃO Nº 396/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Vencido o Conselheiro-Relator Érico Xavier Desterro e Silva, que votou pelo Encaminhamento do autos ao MPE e Apreciação do ACTC em conjunto com as Contas da SEMA.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 21 de Maio de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro Redator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral